

□ ORÇAMENTO

23 NOV. 1989
Congressistas

elevam gastos da União em 90

ESTADO DE SÃO PAULO

**Comissão mista
aprova despesas
adicionais de
US\$ 910 milhões**

BRASÍLIA — O Orçamento Geral da União que chegará ao plenário do Congresso Nacional para votação dos parlamentares terá US\$ 910 milhões de despesas a mais do que o projeto preparado pelo governo. Na noite de terça-feira, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso aprovou essas despesas para atender às emendas dos parlamentares.

A aprovação ocorreu às 22 horas, com apenas sete votos contrários — dados por parlamentares do PSDB e do PT. O relator foi o deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), que criou uma “programação especial” no orçamento, no valor de NCz\$ 1 bilhão (a preços de maio, equivalente a US\$ 910 milhões). Nessa programação especial estão despesas que seriam cobertas com o eventual excesso de arrecadação do Tesouro em 90.

José Serra, deputado paulista do PSDB, reagiu: “É inconstitucional, porque a Carta aprovada em 88 proíbe a fixação de despesas em as receitas correspondentes”. O deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG) argumentou: “É uma decisão política da comissão, porque o Congresso é uma casa política”.

A “programação especial” foi o caminho do deputado Tinoco para atender parte das 11 mil emendas apresentadas pelos parlamentares, e que tinham o objetivo de destinar recursos a obras em seus Estados e municípios ou reforçar dotações de órgãos e programas do governo. No entanto, técnicos que assessoram a comissão argumentam que o orçamento é o “mais apertado” dos últimos anos e não permite muitos cortes. Essa foi a razão de Tinoco lançar mão do “excesso de arrecadação”, que seria conseguido graças à correção monetária prevista na proposta do governo, para compensar o processo inflacionário.

□ *Mais informações sobre a discussão do orçamento no Congresso na página 4*